

A MISSÃO ESPECIAL

DA ONU

NA GUINÉ

AHS

abril 1972

UMA MISSÃO DE TRÊS MEMBROS DO COMITÉ ESPECIAL DE DESCOLO-
NIZAÇÃO VISITA ÁREAS LIBERTADAS DA GUINÉ - BISSAU

De 2 a 8 de Abril de 1972, três membros do Comité Especial dos 24 para a Descolonização visitaram áreas libertadas da Guiné-Bissau. A Missão enviada pelo Comité Especial a convite do movimento nacional de libertação, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), viajou quase sempre a pé, percorrendo 200 km em 9 localidades diferentes. O fim da visita era assegurar informações em primeira mão sobre as condições nas áreas libertadas e averiguar as intenções e aspirações do povo no que respeita ao seu futuro.

Os membros da Missão eram Horacio Sevilla Borja, do Equador, presidente; Folke Löfgren, da Suécia; e Kamol Belkhiria, da Tunísia.

O próprio Comité Especial visitou a África durante três semanas, em Abril, e iniciou as suas reuniões na Guiné-Conakry em 10 de Abril, com um relatório preliminar dos membros da Missão Especial.

O texto que se segue é a parte principal do relatório escrito e apresentado pela Missão ao Comité Especial.

(Pela nossa parte, intercalámos na edição deste importante relatório outros elementos a propósito. Sobretudo, reproduzimos os desmentidos do Governo português a respeito da referida visita. Tais desmentidos só serviram para lançar sobre os seus autores o descrédito e o ridículo)

RELATÓRIO DA MISSÃO

Devido à natureza delicada do seu objectivo, a Missão Especial esforçou-se desde o início por manter o maior segredo no que respeita aos seus movimentos. Nem a data da sua partida do Quartel General nem o seu destino foram tornados públicos. O fim de tal segredo era o de diminuir os riscos, tanto para a população local como para os membros da Missão, riscos que poderiam surgir da presença da Missão nas áreas libertadas. Por maior precaução tinha sido decidido, antes da partida de Nova Iorque, que a data precisa e a duração da visita seriam determinadas depois da chegada da Missão ao Quartel General do PAIGC.

Assim, quando a Missão deixou Nova Iorque, a 28 de Março de 1972, o seu destino imediato foi Conakry, na República da Guiné, onde está instalado o Quartel General do PAIGC.

A Missão chegou a Conakry em 31 de Março e, acompanhada por Roger Polgar, Representante Residente da UNDP em Conakry, fez uma visita de cumprimentos, nesse mesmo dia, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Guiné, onde foi recebida pelo Secretário de Estado Casara Demantang. Este último assegurou à Missão que o seu Governo estava pronto a fornecer a assistência e cooperação necessárias para a realização da tarefa. A Missão teve ainda um breve encontro com os representantes locais do departamento da OUA.

Imediatamente a seguir a Missão fez uma primeira visita oficial ao Quartel General do PAIGC, onde foi recebida por Aristídes Pereira, Secretário Geral da Comissão Permanente do Comité Executivo. Estavam também presentes dois outros membros do Comité Executivo, Major Constantino Teixeira e Abílio Duarte. Discutiram-se os pormenores da visita à Guiné-Bissau e decidiu-se que a Missão partiria no dia seguinte.

A Missão deixou Conakry na manhã de 1 de Abril, vestida com fardas militares, com a insígnia das Nações Unidas, e acompanhada por uma escolta armada sob o comando do Major Constantino Teixeira. A noite de 1 de Abril foi passada numa base do PAIGC localizada antes da fronteira. Aqui fez-se uma reunião com o Major Pedro Pires, comandante do PAIGC na região fronteiriça, no decurso da qual os membros da Missão foram postos ao corrente da situação militar na Guiné-Bissau e fizeram-se os planos para atravessar a fronteira.

Ao descrever a situação dentro do território, o Major Pires informou a Missão de que durante os 5 dias que precederam a sua chegada a actividade dos portugueses na fronteira da Guiné-Bissau tinha atingido um grau de intensidade até aí nunca experimentado. Toda a região tinha sido intensamente bombardeada, quer pela artilharia das vizinhas fortificações portuguesas, quer pela aviação. Ele atribuía o facto à presença da Missão na área e expressava a sua firme convicção de que as autoridades portuguesas tinham sido postas ao corrente dos movimentos da Missão desde a sua partida de Nova Iorque. Antes da partida da Missão, o sector estava relativamente calmo há já algum tempo e vários observadores estrangeiros tinham visitado as áreas libertadas em completa tranquilidade.

O Major Pires disse que, de um modo geral, a guerra na Guiné-Bissau havia já algum tempo que vinha aumentando de intensidade. As unidades do exército português estavam na maior parte entrincheiradas nos poucos campos fortificados que lhes restavam, dentro das áreas libertadas, cercadas pelas forças do PAIGC, e sendo abastecidas por avião ou por barco. Um novo factor, contudo, tinha sido a introdução, feita em larga escala pelos portugueses, de helicópteros para transporte de tropas, os quais davam às tropas portuguesas uma maior liberdade de movimentos, sendo também usados para transporte de armas em ataques aéreos. O Major Pires estava no entanto convencido de que Portugal não tinha qualquer possibilidade de ganhar a guerra e que o Governo português continuava a resistir só porque, se procedesse de outro modo, enfraqueceria a sua posição em Angola e Moçambique.

Na manhã do dia seguinte, quando a Missão acordou ao som da artilharia do forte português de Guilleje, os membros da Missão, entre outras coisas, falaram com um jovem soldado do exército de libertação do PAIGC que tinha sido gravemente ferido durante a batalha de Como, em 1963. O soldado, Joãozinho da Costa Dózes, disse que se tinha juntado ao exército de libertação quando tinha 14 anos e já tinha sido ferido duas vezes. Mostrou uma parte das pernas cobertas de ci-

catrizes e disse que em consequência dos ferimentos sofria de paralisia dos órgãos genitais. Não tinha pedido ao Partido para se ir tratar à Europa porque queria participar na luta pela libertação do seu povo até à vitória final.

A GRANDE CAMINHADA

Na noite de 2 de Abril, a Missão, acompanhada por uma escolta de 60 soldados do PAIGC, atravessou a fronteira num ponto perto de Kandiafara, no rio Gogon, e entrou na Guiné-Bissau, num jipe, às 23 h e 25 m TMG. Depois da travessia, a artilharia portuguesa, num acampamento das vizinhanças, começou de novo a bombardear sem interrupção a região da fronteira. Depois de atravessar a fronteira, a Missão e a sua escolta deixaram o jipe e, minutos depois, o camião; daí em diante prosseguiram a pé durante toda a visita às áreas libertadas. Durante a primeira noite, a Missão entrou na floresta onde se juntou às tropas do PAIGC. Seguiu-se depois uma longa marcha na direcção noroeste. A marcha foi feita quase sempre na escuridão, através da floresta, pântanos e savanas. Durante o percurso, a Missão atravessou três rios por pontes primitivas e perigosas feitas de troncos, navegou através de ribeiros e rios e cruzou numerosos arrozais. Algumas horas antes do amanhecer de 3 de Abril, a Missão chegou ao seu primeiro destino, no coração da floresta do sector Balana, uma base do exército do PAIGC, fortemente guardada, formada por várias tendas, cabanas e barracas, que é o Quartel General do Comissariado Político para a Região Sul. Aqui a Missão encontrou, entre outros, os seguintes líderes e membros do Comité Executivo: João Bernardo Vieira (Niño), comandante chefe do exército de libertação; Vasco Cabral, ideólogo do Partido; Carlos Correia, encarregado de segurança e membro da Comissão Permanente do Comité Executivo para a Região Sul; José Araújo, encarregado de produção e membro do mesmo Comité; Fidélis Almada, encarregado de Justiça; Bari Abdulai, comissário político das forças armadas na Região Sul; e Teodoro Gomes, membro da Brigada Política da Região Sul.

Pouco tempo depois da chegada da Missão à base, um avião português de reconhecimento, bombardeiros e helicópteros foram vistos a sobrevoar a base com frequência. Por várias vezes os membros da Missão, a conselho dos líderes do PAIGC, foram obrigados a procurar refúgio. Foi conseqüentemente decidido, por motivos de segurança, que a Missão seguisse para aquartelamentos situados mais no interior da floresta.

Algumas horas depois do cair da noite, no mesmo dia 3 de Abril, a Missão deixou esta base e continuou a sua marcha na direcção do sector Cubucaré. No decurso desta marcha a Missão foi escoltada por um destacamento de mais de 400 soldados - não contando aquelas unidades assinaladas, de onde em onde, nas aldeias.

Durante a marcha, que durou 13 horas e meia, a Missão atravessou muitos arrozais e 4 rios, incluindo o rio Balana, e foi-lhe dado ver com evidência a devastação causada pela guerra. Ainda no sector Balana, a Missão passou por várias aldeias, entre as quais Botche-Kul, Yem I, Yem II, Flack-N'Gol e Botche N'Bunhe que tinham sido fortemente destruídas por bombardeamentos aéreos. Os campos vizinhos mostravam indícios de bombardeamentos feitos por artilharia pesada: as culturas tinham sido destruídas com napalm e havia muitas palhotas e celeiros destruídos. Durante o percurso a Missão visitou a aldeia de Ien-Kuntoi que foi totalmente destruída no dia seguinte por bombardeamentos aéreos, e passou a 2 km do acampamento militar português de Bedanda.

Na manhã de 4 de Abril, a Missão chegou à escola de Arcolino Lopes Cruz, no sector Cubucaré (região Catio), onde ficou duas noites. Esta escola, que tem o nome de um dos primeiros professores morto durante um ataque dos portugueses, ministra o ensino primário a 65 alunos, entre os 10 e os 15 anos. A maioria dos alunos são ou órfãos ou filhos de soldados do PAIGC. Por causa do perigo dos bombardeamentos aéreos, a escola, como outras das áreas libertadas, funciona em instalações provisórias, escondidas no meio da floresta, e é frequentemente transferida de um lugar para outro. Está equipada com 6 professores, incluindo o director, Lucas Pereira, que foi educado no estrangeiro, e é administrada com a participação de um comité de estudantes. Durante a sua estadia, a Missão teve oportunidade de inspecionar a escola e outros anexos, assistir a uma aula e discutir com os professores os problemas que encontram na educação das crianças das áreas libertadas. A Missão assistiu também a uma sessão artística de teatro, dança e poesia, dada pelas crianças.

Enquanto esteve no sector Cubucaré (região Catio), a Missão assistiu a uma reunião de massa, na floresta, à distância de hora e meia de marcha da escola de Arcolino. A reunião que durou 3 horas assistiram perto de 200 pessoas de 14 aldeias: Darsalam, Catésse, Calaque, Carfal, Santa Clara, Cadique, Cabante, Catchesamba, Cassintcha, Sogerbol, Farim, Kamarempo, Flaque N'Bitna e Caiquene. O clima da reunião era amistoso e fraterno e os membros da Missão, que se misturavam com a multidão, tiveram oportunidade de sustentar numerosas conversas individuais, ficando assim a par das condições de vida dos nativos que vivem na constante ameaça de um ataque aéreo.

A Missão foi apresentada à multidão por José Araújo, membro do Comité Executivo do PAIGC, que também apresentou os outros líderes presentes, nomeadamente Abdoulaye Seck, que é o encarregado de segurança no Sul; Satu Djassi, responsável pela administração da saúde pública no sector Cubucaré; Fidélia Almada, secretário do PAIGC encarregado dos assuntos de Justiça; e Vasco Cabral.

Ao introduzir a Missão, Araújo disse que muitos nativos do sector Cubucaré que deviam ter comparecido à reunião não o tinham feito porque as forças portuguesas tinham intensificado os bombardeamentos no sector durante os últimos dias.

COMO BANDOLEIROS OU CONTRABANDISTAS

TRÊS MEMBROS

DO "COMITÉ DOS 24"

ANDARAM PELA REPÚBLICA DA GUINÉ

"CONVENCIDOS" DE QUE PISAVAM TERRA PORTUGUESA

O GOVERNO PORTUGUÊS CONVIDA OS EMISSÁRIOS A DIZER QUAIS OS LOCAIS VISITADOS, DE MODO A PERMITIR DEMONSTRAR QUE NÃO SE TRATA DE QUAISQUER «ÁREAS LIBERTADAS»

Diário de Notícias, 12/4/72

Para esclarecimento da assembleia explicou a função das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança internacionais e a sua acção de promover o estabelecimento de relações amistosas entre os povos e de acabar com o colonialismo. Os objetivos do PAIGC, disse ele, eram os mesmos das Nações Unidas e, por essa razão, a presença da Missão Especial nas áreas libertadas da Guiné - Bissau era um acontecimento muito importante para o PAIGC e para o povo da Guiné, pois a sua luta tinha também por fim acabar com o colonialismo, o racismo e a exploração de um povo por outro. No fim do discurso, a multidão aplaudiu a Missão.

O Presidente da Missão, na sua resposta, prestou homenagem ao povo da Guiné e aos líderes do PAIGC que estavam a construir um novo futuro cheio de promessas para o seu país; recordando que a finalidade principal das Nações Unidas era manter a paz e a segurança internacionais, assinalou que a paz significava não só a ausência de guerra mas também o fim da injustiça e da exploração. Era por isso

que as Nações Unidas estavam a fazer o possível por acabar com o colonialismo onde este existisse. Grandes progressos tinham sido feitos desde a criação das Nações Unidas em 1945, mas havia ainda muito por fazer. Explicou que a finalidade da Missão Especial era trazer o auxílio das Nações Unidas ao povo da Guiné-Bissau, na sua luta pela libertação nacional.

Depois do discurso do presidente, alguns nativos falaram das atrocidades e danos materiais infligidos às populações das suas aldeias pelo exército português.

No fim da reunião a Missão discutiu, entre outras coisas, a maneira de administrar a justiça nas áreas libertadas, com o presidente do tribunal do sector de Cubucaré, e teve também uma conversa com a senhora Satu Djassi sobre problemas de saúde pública. A Missão falou ainda com o chefe político encarregado das brigadas de mulheres, o qual chamou a atenção para a mudança significativa que a luta de libertação trouxe ao "status" da mulher. Como a Missão teve ocasião de observar durante a visita, as mulheres das áreas libertadas alcançaram os direitos políticos, económicos e sociais e desempenham um papel importante dentro do PAIGC como militantes e ainda nos domínios da segurança, justiça, saúde, educação e produção.

VIAGEM DE REGRESSO

Na tarde de 6 de Abril a Missão iniciou a viagem de volta, acompanhada por uma escolta armada de 200 soldados do PAIGC. Pelo caminho, a Missão inspeccionou três aldeias, Botche N'Bunhe, Botche Sansa e Botche Djate, que tinham sido completamente destruídas por acções militares dos portugueses, dias antes, mostrando indícios evidentes de ataques de artilharia e bombardeamentos aéreos, incluindo uma bomba não explodida que foi mostrada à Missão na aldeia de Botche Djate. A Missão encontrou os nativos sem abrigo, entre as ruínas das palhotas recém-queimadas. A Missão viu também celeiros destruídos, com grande quantidade de arroz queimado. Parando por algumas horas na base do Comissariado Político da Região Sul, onde chegou às primeiras horas de 7 de Abril, a Missão teve conversações com líderes do PAIGC, incluindo Vasco Cabral, sobre os seus planos para as eleições, quer dos conselhos regionais quer de uma assembleia alargada a todo o território, e sobre as medidas a tomar para restabelecer o comércio e a indústria nas zonas libertadas.

A Missão passou a noite de 7 de Abril no Quartel General do Comando Central do PAIGC, a algumas horas de marcha da República da Guiné. Aqui foi novamente acolhida por João Bernardo Vieira (Niño), comandante chefe do exército de libertação do PAIGC, e discutiu os problemas de saúde nas áreas libertadas com um médico cubano que estava a trabalhar como voluntário na região. Mais tarde, durante a noite, a Missão encontrou uma caravana de 200 civis que voltavam da República da Guiné para a Guiné-Bissau, levando consigo, entre outras coisas, gado comprado para substituir o que tinha sido destruído pelos portugueses.

Na manhã seguinte, às 7 h e 25 m TMG de 8 de Abril, a Missão atravessou a fronteira e entrou na República da Guiné. Depois de um breve descanso na base militar do PAIGC, e de uma cerimónia durante a qual os membros da Missão receberam do Major Pires a insígnia e a bandeira do PAIGC, seguiu para a cidade de Boké, na República da Guiné, onde se encontrou com outros membros do Comité Especial dos 24, que andavam em visita à região. Na tarde desse dia, a Missão voltou a Conakry, onde se juntou ao Comité Especial. A 10 de Abril, os membros da Missão apresentaram a este Comité um relato preliminar da sua visita (...).

REACÇÃO PORTUGUESA À MISSÃO

Fouco tempo antes da partida da Missão de Nova Iorque, o representante permanente de Portugal, numa carta datada de 25 de Março de 1972, comunicou ao Secretário Geral o parecer do Governo de Portugal. O representante permanente afirmou, entre outras coisas, que a entrada no território de um país membro das Nações Unidas, sem o consentimento do Governo legalmente constituído, devia ser tomado como um acto calculado para violar todas as leis do Direito internacional. O Governo português protestava veementemente contra a proposta violação da sua soberania e declinava formalmente toda a responsabilidade pelas consequências.

Na mesma carta, o representante permanente disse que "a decisão de visitar as áreas libertadas das Províncias Portuguesas do Ultramar constitui ainda um acto de pura propaganda, que só pode servir para alimentar a ilusão de certos sectores políticos interessados, os quais se recusam a admitir que as organizações terroristas não controlam nenhuma parte do território português".

Seguidamente, em comunicados de imprensa publicados a 11 e 17 de Abril e provenientes, respectivamente do Ministro dos Estrangeiros e da missão permanente junto da ONU, foi feita uma tentativa por desmentir que a Missão tivesse de facto visitado a Guiné-Bissau.

Entretanto, apesar das autoridades portuguesas não terem informação oficial do destino da Missão e da data certa da sua visita, fizeram-se todos os esforços para a impedir. Segundo informações provenientes do PAIGC, foi declarado estado de prevenção na Guiné-Bissau, na altura da partida da Missão de Nova Iorque, e a actividade militar por parte das forças armadas portuguesas atingiu a sua maior intensidade desde 1964.

A AGRESSÃO CONTRA A MISSÃO ESPECIAL DA ONU

(Extractos de um Relatório do Amílcar Cabral - 1972)

1) Número de homens mobilizados

No dia seguinte ao da partida da Missão para África, o Estado Maior português declarou o estado de prevenção para os 45.000 militares das tropas coloniais presentes no nosso país, dos quais 15.000 se encontram acantonados no sul (...). 10.000 homens das tropas especiais foram transportados, durante alguns dias, de Bissau para o sul, com o arçugo. Se juntarmos as forças da aviação e da polícia que operaram no decurso da agressão, o número total de homens mobilizados é da ordem dos 30.000 (...).

2) Material utilizado

Aviões - Cessna T - 37 C, Nord American Harvard T 6, Nord Atlas 2502;

Fiat b - 91 NATO Type R-4, Sabro P-86-F e Sabro P-55-I (RFA);

Lockeed P-2V Neptune (para bombardeamentos noturnos)

Helicópteros - Alouettes 2 e 3, Euro Skeeter e outros

Barcos - Fragatas, barcos patrulhas e corvetas (do tipo João Coutinho), de origem francesa e alemã ocidental, e também onde se rípidas nos rios.

Outros meios - É de notar a utilização contínua dos canhões de 130 m/m.

3) Características da agressão

A agressão caracterizou-se principalmente por bombardeamentos aéreos (dia e noite) com napalm e bombas de fragmentação, por assaltos com tropas helitransportadas, por desembarques de tropas especiais ao longo dos rios e por tiros ininterruptos de canhão contra os sectores libertados e os caminhos que pudessem ser utilizados pela Missão.

4) Objectivos da agressão

a - Aterrorizar a população para que se recusasse a colaborar nos trabalhos da Missão Especial

b - Intimidar os seus membros para que renunciassem a levar a cabo o programa elaborado

c - Destruir o máximo possível de obras sociais e culturais já realizadas pelo nosso Partido, nos sectores mais próximos da fronteira (sobretudo hospitais, postos sanitários e escolas) para evitar que a Missão pudesse constatar a sua existência

d - Atrair os nossos combatentes a uma batalha de posição, na qual os colonialistas podiam mobilizar as dezenas de milhares de homens presentes no sul do país e todos os meios técnicos de que dispõem. Isso permitir-lhes-ia destruir uma grande parte das nossas forças armadas e capturar ou liquidar os membros da Missão.

Entre 27 de Março e 8 de Abril, data em que a Missão voltou à República da Guiné, intenso fogo de artilharia, bombardeamentos aéreos acompanhados de vôos de reconhecimento e operações de bombardeamento helitransportados tiveram lugar, es-

principalmente na região Talara. Missões a no sul - sudoeste do sector Cubucaré, que a Missão visitou. No sector Cubucaré foram destruídas 4 aldeias quando a Missão se encontrava nas proximidades e, segundo o PAIGC, as forças portuguesas durante esse período destruíram 2 hospitais, um centro de saúde e 3 escolas. Ao todo, 25 pessoas, incluindo mulheres e velhos, foram mortas pelo exército português em acções militares nesse período. A Missão deseja acentuar que, segundo um comunicado de imprensa proveniente do Governo português, o Ministro do Ultramar esteve em Bissau durante a visita da Missão às áreas libertadas. (...)

OBSERVAÇÕES DA MISSÃO

CONDIÇÕES EDUCACIONAIS

Segundo os chefes do PAIGC, o desenvolvimento da educação é um dos objectivos prioritários no programa de reconstrução. Sob o regime dos portugueses, cerca de 99% da população era analfabeta e muito poucos africanos tinham acesso à educação para além da instrução primária. Em toda a Guiné-Bissau, segundo o PAIGC, havia apenas 14 africanos licenciados por uma Universidade.

A política do PAIGC para as áreas libertadas pretende a eliminação rápida do analfabetismo, o estabelecimento de uma educação, tanto livre como obrigatória a nível do ensino primário e um programa para aprendizagem técnica e profissional.

Para além da luta de libertação foi posta em marcha uma intensa campanha cultural, na qual todos os que não sabem ler nem escrever são chamados a participar.

O PAIGC tem também o mérito de ter estabelecido mais de 200 escolas espalhadas pelas áreas libertadas, com uma frequência superior a 20.000 alunos. Estas escolas são administradas centralmente pelo PAIGC, o qual, entre outras coisas, fez um regulamento para a sua administração, pessoal docente e programas. As crianças só entram para a escola aos 10 anos por causa da dureza e dos riscos da escola no mato. O programa inclui as seguintes assuntos: história, geografia, língua portuguesa, ciências naturais, aritmética, ideologia do Partido e, para as raparigas, economia doméstica. A escola Arcolino Cruz ministra ensino cultural e artístico, o que foi observado pela Missão na representação em sua honra. A Missão ficou impressionada com o talento artístico das crianças e com o conteúdo profundamente moral e político do programa, cujo tema era a mobilização de massas e a guerrilha na Guiné-Bissau. A Missão é de opinião que se estas representações fossem feitas perante auditórios internacionais aumentariam grandemente a compreensão da situação geral nas áreas libertadas.

Embora a Missão não tivesse oportunidade de as visitar, foi informada que o PAIGC mantém escolas secundárias, como o internato de Sara, nas áreas libertadas. Estas escolas são presentemente reservadas aos alunos particularmente dotados ou aos filhos dos combatentes mortos em acção. Alguns estudantes seguem cursos universitários em outros países.

O PAIGC tem recebido substancial assistência de vários países, incluindo a Suécia e a República Democrática da Alemanha, que têm publicado livros de leitura e aritmética preparados pelo PAIGC para uso nas suas escolas. Também tem recebido assistência da UNESCO, a qual se ofereceu para publicar 20.000 livros de aritmética e, segundo o PAIGC, ofereceu material escolar num total de 64.000 dólares.

Como a Missão pôde observar, as condições de educação nas áreas libertadas, no que respeita à educação.

CONDIÇÕES DE SAÚDE

Os princípios básicos que governam a organização dos serviços de saúde nas áreas libertadas estão estabelecidos nas Instruções Gerais do PAIGC. O principal objectivo é o de proporcionar serviços de saúde, primeiro aos combatentes, e depois à população em geral. Os serviços médicos estão sob a direcção do comando militar do PAIGC.

As instalações já estabelecidas consistem num hospital central em cada uma

das 3 regiões, hospitais mais pequenos a nível de sector e centros de saúde localizados nos sectores, cada um dos quais agrupa 3 ou 4 aldeias. Além disso, equipas sanitárias visitam frequentemente as aldeias, levando assistência médica aos doentes que não podem deslocar-se, evacuando outros para os centros de saúde e hospitais, e instruindo os nativos sobre higiene e puericultura.

Os hospitais são dirigidos por médicos oriundos da Guiné-Bissau. Os centros de saúde são orientados por ajudantes médicos membros do PAIGC e cada equipa sanitária é constituída por um enfermeiro e uma enfermeira.

Os hospitais de campanha dão prioridade ao tratamento dos feridos de guerra e às vítimas dos bombardeamentos feitos pelos portugueses. Além destes, proporcionam tratamento a todas as pessoas em geral. Nas suas conversas com o pessoal médico, a Missão tomou conhecimento de que a malária, a desnutrição, o beri-beri, a tuberculose e a hidropisia se encontravam largamente espalhados. O pessoal médico preocupava-se especialmente com as desnutrições, principalmente nas crianças, a qual atribuíam à falta de proteínas devida à destruição sistemática dos animais pelas forças militares portuguesas. Por esta razão, uma das muitas tarefas das equipas médicas consistia em encorajar a população na criação de animais domésticos.

De vez em quando o PAIGC empreende vacinações em grande escala na população local; em 1971, por exemplo, uma campanha de vacinação conseguiu proteger a população das áreas libertadas de uma epidemia de cólera que tinha alastrado nas regiões vizinhas da República da Guiné e do Senegal.

Foi dito à Missão que, no entanto, os serviços de saúde lutavam com uma séria falta de equipamento médico e de remédios, especialmente antibióticos, remédios contra as parasitoses e vacinas. Tinham também falta de vitaminas e de leite. A vacinação é dificultada por falta de frigoríficos. Não há electricidade nas áreas libertadas, mas esperam obter brevemente refrigeradores portáteis, indispensáveis nas campanhas de vacinação. Outra dificuldade está nos transportes. Não é fácil transportar pessoas seriamente feridas ou doentes, durante o dia ou a noite, para o hospital de Boké ou para os hospitais das outras áreas.

O treino do pessoal médico era também uma grande preocupação. Presentemente, alguns médicos estão a especializar-se no estrangeiro, aproveitando ofertas feitas ao PAIGC. As enfermeiras recebem treino básico acelerado nos 3 hospitais principais e são depois mandadas para o estrangeiro para se especializarem ou seguirem um curso de um ano que completa os estudos de carácter geral. A fim de obterem a qualificação de ajudantes médicas, as enfermeiras frequentam um curso de dois meses, nos centros das áreas libertadas, depois do que são colocadas nos centros de saúde no interior do país. A senhora Satu Djassi, por exemplo, que tirou o curso de enfermagem e é agora responsável pela saúde pública em Cubucaré, explicou à Missão que o seu treino tinha consistido em um ano num hospital do PAIGC na República da Guiné e depois num curso de um ano em Kiev, na Rússia.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

O sistema jurídico, nas áreas libertadas, baseia-se num texto adoptado em 1966, mas só aplicado completamente em 1969. Essencialmente, há 3 tribunais e, além destes, há um tribunal especial temporário. A nível mais baixo, há os tribunais das aldeias, cada um dos quais é constituído por 3 nativos escolhidos pelos seus pares. A competência de um tribunal de aldeia restringe-se a disputas e pequenos roubos e as sentenças baseiam-se no direito consuetudinário tradicional. Nos diferentes sectores, o papel do tribunal da aldeia (segundo Fidelis Almada, Secretário de Justiça do PAIGC, que estudou em Portugal e exerceu advocacia em S. Paulo - Brasil) consiste em manter a ordem entre os nativos. Podem ser aplicadas multas, e se a pessoa não paga multa pode ser obrigada pelo Partido a fazer determinada espécie de trabalho. Os tribunais de aldeia não têm poder para aplicar penas de prisão. Os leaders do PAIGC explicam que o Partido não tem prisões, não só por motivos económicos, mas também porque considera preferível a reabilitação.

Os recursos seguem dos tribunais da aldeia para os tribunais de sector, os

quais se compõem de 5 membros: o comissário político do sector, que é o responsável pela segurança, um representante do Gabinete da Secretaria de Justiça, dois representantes do povo e um membro de um dos tribunais do sector. Além de atenderem os recursos dos tribunais de aldeia, os tribunais de sector têm jurisdição para julgar ofensas mais graves e para proferir sentenças acima de 5 anos de trabalho obrigatório. Este consiste, por exemplo, no transporte de equipamento militar para as áreas libertadas.

Acima dos tribunais de sector existe o tribunal militar que é o mais alto órgão jurídico permanente. Compõe-se de 5 membros: um representante do Conselho de Guerra do PAIGC, um representante das autoridades de segurança, um representante do Gabinete da Secretaria de Justiça e dois representantes do povo. O tribunal tem competência para rever as sentenças dos tribunais inferiores e para julgar, como tribunal de primeira instância, crimes de espionagem, homicídio e violação. As sentenças dadas por este tribunal podem incluir a pena de morte, no caso de crimes de alta traição.

Da actividade do inimigo, há a referir uma tentativa de criar condições de segurança para a infiltração em território nacional de um pequeno grupo de estrangeiros, constituídos em missão especial do Comité dos 34. O dispositivo de segurança planeado para o efeito pelo inimigo foi completamente destruído.

Além deste tribunal permanente, há um tribunal especial temporário, responsável pelos casos graves de flagrante delito. É composto por 3 membros: o comissário político da região, o responsável oficial da segurança e o comandante das forças armadas.

Ao explicar à Missão o sistema jurídico, Fidélis Almada, Secretário de Justiça, disse que os tribunais eram independentes do Partido e das forças armadas; como exemplo citou um caso de uma pessoa que, tendo sido acusada de espionagem, pelo serviço de segurança, foi no entanto absolvida por falta de provas. Todas as audiências são públicas e o acusado pode tomar a sua própria defesa ou ser representado por uma pessoa da sua escolha, ou então o representante da Secretaria de Justiça pode defender um acusado ou pode designar um habitante da aldeia que ache competente para esse fim. No caso de erro judicial, a Secretaria de Justiça pode tomar a iniciativa para assegurar a revisão do processo. Além disso, excepto em casos raros de espionagem, nenhuma pessoa incriminada pode apelar para a Secretaria Geral do PAIGC. Almada disse à Missão que o problema que mais preocupava o seu departamento era a preparação de um código penal civil para a Guiné-Bissau. Disse que o código seria de inspiração popular e basear-se-ia nos costumes e valores africanos. Seria, no entanto, um instrumento de combate contra certas práticas indesejáveis, como o casamento forçado.

Registaram-se algumas inaugurações com a presença do ministro do Ultramar, das quais se salientam as estradas asfaltadas de Teixeira Pinto-Cacheu, Nova Lagoa-Piche e Tite-Biansegama e o centro emissor de 100 kW da Hmissora Oficial.

passados dias, o mesmo grupo vem afirmar que percorreu a Guiné Portuguesa durante este mês e sete noites, tendo no entanto a certeza de não referir qual foi o seu itinerário.

RECONSTRUÇÃO DA ECONOMIA

A política do PAIGC nas áreas libertadas está empenhada em eliminar todos os vestígios da organização económica e da exploração, impostas pelos portugueses, substituindo-as por um novo sistema económico adaptado às necessidades do país. Como a economia das áreas libertadas é essencialmente agrícola, isto leva ao abandono da cultura exclusiva do amendoim, que era a principal do país, e à diversificação da agricultura para suprir as necessidades locais. A diversificação das culturas tem progredido, apesar dos constantes bombardeamentos e destruição de culturas feitos pelos portugueses. O PAIGC estabeleceu centros de demonstração para instruir os nativos nas técnicas de culturas diversificadas, trabalhos agrícolas colectivos, etc., e está a esboçar-se um sistema de cooperativas agrícolas. As principais produções são amendoim, arroz, óleo de palma, batata e sorgo.

Os embaixadores da «Comissão dos 34 da O. N. U.», que inventaram uma fantástica pista a território da Guiné Portuguesa sob controlo do P. A. I. G. C., renataram enfim a sua presença com a aprovação, em Conakry, de uma moção em que instalaram todo o seu ódio no nosso país.

O comércio é feito na base da troca de géneros, a concorrência à portuguesa já não se usa. Os armazéns do povo, organizados pelo PAIGC, encontram-se

espalhados pelas áreas libertadas e ali os nativos podem trocar os seus produtos por outros de primeira necessidade, tais como roupas, utensílios de cozinha

e outros produtos manufacturados, que muitas vezes são ofertas feitas ao PAIGC por países estrangeiros e organizações internacionais. A produção local acumulada nos armazéns do povo é utilizada para suprir as necessidades do exército de libertação e para distribuição em regiões onde há falta; o excedente é exportado para os países vizinhos. O PAIGC exporta arroz, cera de abelha e peles de crocodilo.

ESTABELECIMENTO DE UMA ASSEMBLEIA NACIONAL

No seu depoimento ao Conselho de Segurança, durante a sessão de Abdis Abba, Amílcar Cabral, Secretário Geral do PAIGC, disse que o povo da Guiné-Bissau tinha já conquistado a sua autodeterminação através de 9 anos de luta armada e possuía todas as partes componentes de um Estado em desenvolvimento. Afirmou que o povo elegeria brevemente Conselhos Regionais e uma Assembleia Nacional Popular.

Durante a sua visita, a Missão discutiu este projecto com Vasco Cabral, membro do Comité Executivo e responsável pela ideologia. Segundo ele, a criação de uma assembleia nacional eleita representaria, do ponto de vista do PAIGC, o maior passo para o reconhecimento do direito à independência da Guiné-Bissau. O PAIGC vinha desde 1969 a considerar tal decisão, mas tinha preferido esperar até existirem todas as condições, antes de entrar no que seria uma nova fase na luta pela independência. Presentemente essas condições tinham sido conseguidas, porque o povo tinha conquistado a autodeterminação ao libertar mais de dois terços do território, e tinha criado uma soberania política, económica, social e cultural. Ele disse que a Guiné-Bissau era de facto um Estado independente, com uma parte do seu território ocupada por um exército estrangeiro.

Explicou que a Assembleia Nacional Popular seria composta por 120 deputados, dos quais 40 seriam representantes do Partido das regiões nordeste, sul, este e ilhas Bijagós, e 80 seriam representantes da organização de massa, tais como a União dos Trabalhadores Guineenses, a União da Juventude e dos Estudantes e a União das Mulheres Guineenses.

Uma comissão especial, composta por 5 membros, tinha sido estabelecida pelo PAIGC, nos fins de 1971, para supervisionar a preparação das eleições. Dos cinco membros, um ou dois eram representantes permanentes do PAIGC, enquanto os outros eram representantes da região onde a comissão estivesse a trabalhar.

Tinha já sido determinado pelo PAIGC que, para poder ser eleito, um candidato devia aceitar a linha geral do Partido, estar empenhado na causa da libertação e possuir integridade moral. Os habitantes das aldeias propõem os candidatos, em colaboração com o Partido. A eleição far-se-ia em duas fases: na primeira, os habitantes de cada região, divididos por sectores, elegeriam os membros dos Conselhos Regionais, por sufrágio universal e votação secreta. Na segunda fase, os membros dos Conselhos de cada região elegeriam um terço dos seus membros para representarem a região como deputados à Assembleia Nacional Popular. Dos deputados eleitos de cada região, três quintos representariam organizações de massa e dois quintos seriam das fileiras do Partido.

A idade para se poder votar seria de 15 anos.

PORTUGAL INSISTE:

Os delegados da O. N. U. foram enganados e andaram na República da Guiné convencidos de que visitavam território português

NAÇÕES UNIDAS, 17. — Portugal manteve-se hoje firme na sua insistência de que nenhuma equipa de diplomatas e funcionários da Organização Mundial penetrou em áreas libertadas da Guiné portuguesa, conforme a reivindicação de uma missão das Nações Unidas.

A representação Portuguesa publicou uma declaração desmentindo qualquer penetração no seu território, num sumário mandado publicar pelo governador do território, general António Spínola. O governador dizia ter estado na área em questão ter testemunhado que a mais estreita vigilância continua a ser mantida na fronteira com a República da Guiné.

O embaixador português, dr. António Patrício, disse a um jornalista que o Governo da Guiné forneceu uma área de seu próprio território, junto da fronteira, que os visitantes foram convidados a inspecionar na presença de quem se encontravam na Guiné portuguesa libertada.

O dr. António Patrício acrescentou que arranjaram para os visitantes uma elaborada «imitação» de escolas, hospitais e aldeias «libertadas» na área.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Na sua resolução 1542 (XV) de 15 de Dezembro de 1960, a Assembleia Geral declarou que os territórios sob administração portuguesa, incluindo Guiné-Bissau e Cabo Verde, são territórios sem auto-governo. Assim, segundo os termos da artigo 73 da Carta das Nações Unidas, Portugal, como potência administradora, tem a obrigação de promover o bem estar dos habitantes dos territórios em questão, e para aquele fim, entre outras coisas, desenvolver o auto-governo, ter em conta as aspirações políticas dos povos e assistí-los no progressivo desenvolvimento das suas livres instituições políticas, de acordo com as circunstâncias particulares de cada território, dos seus povos e dos seus vários estádios de desenvolvimento.

Contudo, após a adopção da resolução 1542 (XV), o Governo de Portugal continuou a manter a ficção de que estes territórios são províncias ultramarinas portuguesas e, presentemente, tem-se recusado a reconhecer o inalienável direito à autodeterminação e à independência dos povos destes territórios, de acordo com a Declaração da Garantia de Independência dos Povos e Países Coloniais, e outras relevantes resoluções das Nações Unidas. Mais ainda, numa vã tentativa de suprimir os movimentos nacionais de libertação nos territórios africanos e de estrangular as legítimas aspirações dos seus povos de se libertarem do domínio colonial, o Governo de Portugal tem recorrido ao uso intenso das forças armadas, empregando todas as técnicas da guerra moderna contra povos indefesos destes territórios.

Durante a sua recente visita às áreas libertadas da Guiné-Bissau, a Missão Especial teve larga oportunidade de testemunhar a devastação e miséria causadas pelas acções de Portugal, particularmente o bombardeamento indiscriminado de aldeias e o uso de napalm na destruição das culturas. Ao mesmo tempo, a Missão ficou profundamente impressionada com a manifesta determinação do povo, apesar dos incalculáveis esforços e sofrimentos, em prosseguir na luta até alcançar a libertação e a independência sob a chefia do movimento de libertação nacional, o PAIGC. A Missão louva quer a coragem e determinação do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, quer a devoção e empenhamento com que o PAIGC guia e ajuda o povo a atingir as metas estabelecidas na Carta.

Que a luta pela libertação do território continua a progredir e que Portugal já não exerce qualquer controle administrativo em grandes áreas da Guiné-Bissau, são factos irrefutáveis. Segundo o PAIGC, as áreas libertadas compreendem actualmente mais de dois terços, ou entre dois terços e três quartos, do território. Isto foi verificado por muitos observadores estrangeiros e jornalistas. É também evidente que a população das áreas libertadas apoia sem reservas a política e as actividades do PAIGC, o qual, após 9 anos de luta, exerce de facto livre controle administrativo nessas áreas e protege efectivamente os interesses dos habitantes, a despeito das actividades portuguesas.

A Missão ficou impressionada com a cooperação entusiástica que o PAIGC recebe do povo das áreas libertadas, e com a participação deste na organização administrativa, estabelecida pelo PAIGC, e nos vários programas de reconstrução. De acordo com isto, a Missão crê que o reconhecimento, por parte do Comité Especial, do PAIGC como sendo de facto único e autêntico representante das aspirações do povo do território, deve ser aceite por todos os Estados, agências especiais e outras organizações dentro do sistema das Nações Unidas que tratem de assuntos relacionados com a Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Numa tentativa de manter o domínio colonial nas áreas do território que ainda controla e, mais recentemente, com o fim de impedir a Missão de realizar o seu objectivo, o Governo de Portugal tem intensificado o emprego da força militar e tem concretizado outros actos de hostilização e agressão, não só contra o povo do território, mas também contra os Estados independentes limítrofes, nomeadamente a República da Guiné e o Senegal. A Missão encara com sérias preocupações a situação crítica e explosiva que daí resulta, perturbando seriamente a paz e a segurança nesta região da África.

A Missão considera imperioso que o fornecimento de armas feito a Portugal por alguns dos seus aliados cesse imediatamente, pois está convencida de que, sem tal apoio, Portugal será incapaz de prosseguir a guerra colonial con

tra os povos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. A Missão sugere que o Comité Especial dê particular atenção a este aspecto da situação e peça ao Secretário Geral que se informe junto dos Estados Membros, assim como junto de outras fontes, acerca do fornecimento de armas a Portugal.

A Missão espera que as informações recolhidas durante a sua visita às áreas libertadas da Guiné-Bissau sirvam para chamar a atenção do mundo inteiro para os sérios problemas que existem em África. Essas revelam a luta heroica do povo do território, sob a chefia do PAIGC, e a determinação de se libertarem de uma guerra colonial que Portugal tenta em vão ganhar. Incapazes de retomar o controle das áreas libertadas ou de vencer o movimento de libertação, as autoridades portuguesas recorrem aos bombardeamentos aéreos indiscriminados matando civis e destruindo, particularmente, hospitais, escolas e aldeias.

A Missão crê que todos os governos e todas as organizações nacionais e internacionais devam fazer um esforço conjunto para alertar a opinião pública mundial, com vista a ajudar o povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde a alcançar a autodeterminação e a independência. As informações e os factos que a Missão pode obter deveriam chamar a atenção da comunidade internacional no sentido de intensificar as pressões diplomáticas e políticas sobre o Governo de Portugal, a fim de obter o seu acordo com as decisões das Nações Unidas.

Na opinião da Missão deviam ser feitos esforços especiais no sentido de serem publicadas regularmente as actividades terroristas dos comandos portugueses contra as populações civis. É de sublinhar a importância do papel a ser desempenhado, nesse sentido, pelo Gabinete de Informação Pública das Nações Unidas.

AHHS

NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ENCERRADO O INCIDENTE

PROVOCADO PELO "COMITÉ DOS 24"

QUE "MENOSPREZOU DE FORMA POUCO DIGNIFICANTE OS MAIS ELEMENTARES PRINCÍPIOS DO DIREITO INTERNACIONAL"

AHS